

## CÃ³digo do trabalho sob chuva de crÃ¡ticas

18-Sep-2008

Espera-se esta quinta-feira um debate agitado no parlamento sobre a revisÃ£o do cÃ³digo do trabalho. Os partidos Ã esquerda do PS acusam o governo de fazer o jogo dos patrÃes e diversos especialistas ouvidos pela AgÃncia Lusa confirmam o carÃcter nefasto do diploma para os trabalhadores, que ficarÃo mais desprotegidos e com "menos vida". E cresce a contestaÃÃo ao governo com a greve da funÃÃo pÃblica a 1 de Outubro, que se junta ao protesto da CGTP.

No parlamento serÃo apresentadas dezenas de propostas de alteraÃÃo, principalmente por PCP e BE, Ã proposta do governo de revisÃo do cÃ³digo do trabalho. O Bloco vai retomar muitas das propostas que o partido socialista defendeu quando era oposiÃÃo ao governo Barroso/BagÃo FÃlix, nomeadamente a limitaÃÃo a um ano dos contratos a termo, a reduÃÃo do horÃrio para 35 horas e o fim da caducidade das contrataÃÃes colectivas. A deputada Mariana Aiveca considera que este cÃ³digo do trabalho vem facilitar os despedimentos e torna os trabalhadores refÃns das arbitrariedades dos patrÃes ao nÃvel dos horÃrios de trabalho.

A somar Ã s crÃticas da esquerda parlamentar e da CGTP, vÃrios especialistas ouvidos pela AgÃncia Lusa censuram a proposta do governo, acusando-a de enfraquecer os direitos dos trabalhadores. O professor de Direito laboral na Universidade de Coimbra, Jorge Leite, denuncia o alargamento do perÃodo de experiÃncia para seis meses o que "viola a estabilidade de emprego", ficando um "empregador com mais vantagem em ter um trabalhador Ã experiÃncia do que um com contrato a termo". E acrescenta que este cÃ³digo "agrava em muito a adaptabilidade, que Ã excessiva, afectando a disponibilidade dos trabalhadores e a sua vida". Quanto ao combate Ã precariedade do trabalho, "uma das bandeiras desta proposta", Jorge Leite refere que "hÃ algumas medidas que vÃo nesse sentido", mas "o essencial mantÃm-se" e os exemplos passam pela existÃncia, no prÃprio Estado, pela figura de 'outsourcing', ou seja, "adquire-se um serviÃo em vez de um trabalhador, o que Ã uma simulaÃÃo fraudulenta".

Para o professor universitÃrio e ex-membro da ComissÃo para o Livro Branco, AntÃnio Casimiro Ferreira, esta reforma "nÃo promove a negociaÃÃo colectiva", assistindo-se ao acentuar do individualismo no contrato de trabalho o que vai "precarizar ainda mais o movimento sindical". Por isso, para Casimiro Ferreira, este Ã um CÃdigo de Trabalho "favorÃvel a empresas cuja actividade assenta em mÃo-de-obra pouco qualificada", sublinhando que "as boas empresas nÃo precisam deste CÃdigo".

Entretanto, tambÃm os sindicatos da FunÃÃo PÃblica, afectos Ã CGTP, decidiram aumentar a contestaÃÃo Ã s propostas do governo marcando uma greve nacional para o dia 1 de Outubro, juntando-se assim ao protesto da CGTP, que "serÃ um dia de grande agitaÃÃo e participaÃÃo dos portugueses em defesa dos seus direitos e contra o CÃdigo de Trabalho", sublinhou Ana Avoila.

A sindicalista sublinha que "a greve de 24 horas visa mostrar ao Governo que os trabalhadores nãŁo estãŁo dispostos a aguentar mais. A administraãŁo pãºblica faz parte do paã-s e o executivo continua a ter uma atitude autista, sem dar resposta à s reivindicaãŁes dos trabalhadores".

Os enfermeiros comeãŁam a greve um dia mais cedo, a 30 de Setembro, e prolongam-na atã© ao dia 1 de Outubro.

Para esta sexta-feira estãŁ tambã©m marcado um plenãrio de trabalhadores da funãŁo pãºblica no Rossio, deslocando-se posteriormente os trabalhadores para o Ministãrio das Finanãas.